

Lideranças querem antecipar trabalhos no Congresso

Lideranças no Congresso estão preocupadas com o chamado "buraco negro" que existirá entre a posse do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso - no dia 1º de janeiro - e o início dos trabalhos da próxima legislatura - no dia 15 de fevereiro. Informou a Agência Globo: A idéia é diminuir esse intervalo e uma das alternativas para viabilizar isso é antecipar o começo dos trabalhos do Congresso para o dia 2 de fevereiro, quando são eleitas as novas mesas da Câmara e do Senado. Essa proposta é do vice-líder do PFL na Câmara, deputado Ney Lopes (RN), que defendeu ainda a formação de uma comissão informal com lideranças do Congresso para agilizar durante o mês de janeiro as discussões, inclusive com o governo Fernando Henrique sobre os principais projetos a serem votados pelo Legislativo, como a reforma constitucional. Ele já conversou sobre essa sugestão com o presidente do partido, Jorge Bornhausen.

"Seria uma comissão de transição do Legislativo, com caráter informal, para começar a articular a pauta do novo Congresso. Saber quais os projetos de interesse do governo e tentar definir como encaminhar sua tramitação na Casa", explicou Ney Lopes.

O grupo informal seria integrado por lideranças par-

tidárias que foram reeleitas e pelos aliados de Fernando Henrique. As negociações com o novo governo sobre as propostas que deverão ser encaminhadas ao Legislativo também seriam feitas pelos presidentes de partido. Ney Lopes disse que vai apresentar sua proposta ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PE) e ao líder do PFL na Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (BA).

FREIRE

O deputado Roberto Freire (PPS-PE), ex-líder do governo Itamar Franco, disse ontem à Agência Globo que é favorável às reformas constitucionais e do Estado, pretendidas pelo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Freire, que se elegeu senador, acredita que o novo governo conseguirá articular uma base de apoio no Congresso para a aprovação de mudanças constitucionais e para a redução do Estado. Mas Freire é contra a alteração do quórum de três quintos exigido para a aprovação de qualquer emenda constitucional, como estuda a equipe de Fernando Henrique.

"A reforma constitucional tem que ser feita dentro das atuais regras. Não precisa diminuir o quórum. Basta Fernando Henrique abrir o diálogo com os partidos", disse Freire.